

NOTIFICAÇÃO Nº 082/2018

BASE LEGAL: CONSTITUIÇÃO FEDERAL; ART. 71, I
RESOLUÇÃO TC Nº 0001/2009
LEI MUNICIPAL Nº 226/2009
LEI MUNICIPAL Nº 247/2010

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BUIQUE - PE

GABINETE DO PREFEITO: ARQUIMEDES GUEDES VALENCA *Jessica Cavalcanti*

SEC. FINANÇAS: TELMA CAROLINA MACEDO VALENCA *Leandro*

RESPONSÁVEL SISTEMA: RICARDO JOSÉ CARDOSO DA SILVA

CONTROLADOR: JOSÉ ANTONIO SILVA

PERIODO DE REFERENCIA: EXERCÍCIO DE 2018

SISTEMA ADMINISTRATIVO: SISTEMA DE CONTROLE DE TRANSPARÊNCIA E
INFORMAÇÃO

Em atendimento às exigências nas Leis Federais nºs 101/2000, 131/2009, Decreto Lei nº 7.185/2010 e Lei de Acesso a Informação nº 12.527/2011, nos termos do artigo 71, I, da Constituição Federal, **LEI MUNICIPAL Nº 226/2009, LEI MUNICIPAL Nº 247/2010 e Instrução Normativa nº 02/2017**, e especialmente a **Lei Federal nº 12.527/2011**.

CONSIDERANDO que o PORTAL DA TRANSPARÊNCIA possibilita, a qualquer cidadão, o acompanhamento da execução dos programas e ações da Administração Pública Municipal, passando a ser um fiscal da correta aplicação dos recursos públicos, sobretudo no que diz respeito às ações destinadas à sua comunidade.

CONSIDERANDO o diagnóstico sobre a transparência governamental elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco relativo ao exercício de 2017, disponível em (www.tce.pe.gov.br/indicedetransparencia2017).

CONSIDERANDO o Alerta de Responsabilização – Transparência, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, contida no Ofício Circular Nº 016/2017, anexo, que notifica o gestor a desenvolver esforços necessários a aprimorar os critérios de transparência não atendidos pelo município.

CONSIDERANDO as Notas de Auditoria nºs 01/2018 e 02/2018, emitidas por esta Controladoria, visando a adoção de providências para o aprimoramento da gestão da transparência municipal.

CONSIDERANDO o Ofício nº 50126/2018-TCE-PE/CCE, anexo, oriundo do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, que informa o prazo para manifestação de eventuais inconsistências encontradas na apuração do ITM-PE 2018.

CONSIDERANDO a avaliação do Sítio Oficial e Portal da Transparência, contida no Ofício nº 384/2018-GAB/PJ, anexo, oriundo do Ministério Público do Estado de Pernambuco, Promotoria de Justiça de Buíque.

Diante das considerações, fica Vossa Excelência NOTIFICADA a **promover as respectivas melhorias nas inconsistências encontradas no Sítio Oficial e Portal da Transparência do município de Buíque, identificadas por este órgão de Controle Interno, e demais órgãos de Controle Externo Tribunal de Contas**



PREFEITURA DE

BUÍQUE

Nas mãos de quem faz.

CONTROLADORIA GERAL
E-mail: controlebuique2017@hotmail.com

do Estado de Pernambuco e Ministério Público do Estado de Pernambuco. Informo ainda que, o TCE-PE concedeu um prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar de 22/10/2018, para sua manifestação quanto as possíveis inconsistências encontradas, indicadas no relatório contido no Ofício nº 50126/2018-TCE-PE/CCE, anexo. Da mesma forma, a Promotoria de Justiça de Buíque concedeu um prazo de 15 (quinze) dias, a contar de 05/10/2018, para manifestação quanto as suas providências adotadas, em relação ao Checklist de inconsistências indicadas no relatório, contido no Ofício nº 384/2018-GAB/PJ, anexo.

Buíque, 23 de outubro de 2018.

JOSÉ ANTONIO SILVA

Coordenador do Sistema de Controle Interno



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO

Ofício nº 50126/2018-TCE-PE/CCE

Recife, 11 de Outubro de 2018.

Assunto: **Transparência Pública**

Senhor(a) Prefeito(a),

CONSIDERANDO o dever dos órgãos públicos de assegurar a Transparência Pública na forma disposta na Constituição Federal, inciso XXXIII do artigo 5º, no inciso II do § 3º do artigo 37 e no § 2º do artigo 216;

CONSIDERANDO que para garantir o acesso à Transparência na Gestão Pública é indispensável observar as exigências contidas na Lei Complementar Federal nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF; na Lei Federal nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação - LAI, e nos decretos que as regulamentam, os de nº 7.185/2010, e nº 7.724/2012, respectivamente;

CONSIDERANDO a competência dos Tribunais de Contas de fiscalizar, no exercício do controle externo, no âmbito de sua jurisdição, o cumprimento das normas retrocitadas;

CONSIDERANDO Resolução TC nº 33, de 06 de junho de 2018, que dispõe sobre a Transparência Pública a ser observada pelas Unidades Jurisdicionadas - UJs do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e sobre o Índice de Transparência dos Municípios de Pernambuco - ITMPE;

CONSIDERANDO a apuração do ITMPE, anualmente realizada por esta Corte, com o objetivo de avaliar a observância das referidas normas que tratam da transparência pública pelas prefeituras e câmaras municipais.

Vimos dar ciência do resultado da apuração do ITMPE relativo à Prefeitura Municipal de Buíque, realizada em 26/09/2018, com base nas informações *Okm*



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO

disponibilizadas no sítio oficial e portal de transparência indicados pela unidade jurisdicionada no Sistema de Cadastro de UJ.

Por fim, informamos que fica concedido o prazo de 10 (dez) dias úteis para manifestar-se quanto a eventuais inconsistências encontradas, conforme definido no art. 16 da Resolução TC nº 33/2018.

Atenciosamente,

Taciana Maria da Mota Silveira
Coordenadora de Controle Externo

Ao(A) Exmo(a)
PREFEITO(A) MUNICIPAL DE BUÍQUE



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO

Avaliação do Índice de Transparência dos Municípios de Pernambuco - ITMPE 2018
Prefeitura Municipal de Buíque

ITEM	CRITÉRIO	ATENDE?	JUSTIFICATIVA
TRANSPARÊNCIA ATIVA			
INFORMAÇÕES GERAIS			
1	A UJ possui sítio oficial na internet, em que disponibiliza informações de interesse coletivo ou geral?	Sim	
2	O sítio contém ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente e clara?	Sim	
3	Há link para acesso a seção específica (Portal de Transparência no sítio oficial da UJ)?	Sim	
RECEITA			
4	Possibilita acompanhar a publicação das receitas em tempo real?	Sim	
5	Há detalhamento da receita por Natureza?	Sim	
6	Há a previsão de toda a receita de cada unidade gestora?	Sim	
7	Constam informações quanto à arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários?	Sim	
DESPESA			
8	Possibilita acompanhar a despesa em tempo real?	Não.	
9	Há informações quanto ao valor do empenho?	Sim	
10	Há informações quanto ao valor da liquidação?	Sim	
11	Há informações quanto ao valor do pagamento?	Sim	
12	Há informações quanto à classificação orçamentária, especificando unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos?	Em parte	Não apresenta tais informações de forma consolidada. Estão disponíveis apenas na consulta aos empenhos.
13	Há identificação quanto à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária?	Sim	
14	Consta do empenho o procedimento licitatório realizado, ou dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o nº do correspondente processo?	Sim	
15	Há descrição do bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso?	Sim	
LICITAÇÕES			



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO

16	O ente divulga informações concernentes a procedimentos licitatórios, realizados e em andamento (número do Processo Licitatório, Modalidade e sequencial, objeto e valor)?	Em parte	Não apresenta o número sequencial da modalidade licitatória.
17	Íntegra dos editais	Não	Apesar do link fazer referência a Licitações e Editais, conduz apenas a informações acerca das licitações sem disponibilizar os editais.
18	Vencedor(es) da licitação ou outro resultado, conforme o caso	Sim	
CONTRATOS			
19	O ente divulga informações concernentes aos contratos celebrados (número do Contrato, identificação do contratado (CNPJ), objeto, valor e aditivos)	Não	A tela acessada através do link "Contratos, Convênios e Aditivos" informa que deverá ser acessado o link "Visualizar Documentos Publicados", todavia, este link não está disponível. Não há qualquer informação publicada.
20	Contratos na íntegra	Não	
INSTRUMENTOS DE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL			
21	Plano Plurianual - PPA	Não	Não disponibiliza PPA do exercício de 2018, nem de outros exercícios.
22	Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO	Não	Não disponibiliza a LDO referente ao exercício de 2018
23	Lei Orçamentária Anual - LOA	Não	Não disponibiliza a LDO referente ao exercício de 2018
24	Prestações de Contas e respectivos Pareceres Prévios	Em parte	Divulga os Pareceres de 2009, 2011, 2012 e 2013. Contudo, não há divulgação dos Pareceres referentes aos exercícios de 2014, 2015 e 2016 cujos processos já se encontram julgados.
25	Relatório de Gestão Fiscal - RGF	Sim	
26	Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO	Sim	
27	Apresenta versão simplificada desses documentos	Sim	
INFORMAÇÕES DE AGENTES POLÍTICOS E SERVIDORES			
28	Há remuneração individualizada por nome do agente público ou servidor?	Sim	



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO

OUTRAS INFORMAÇÕES			
29	Está disponibilizado o registro das competências e estrutura organizacional do ente?	Sim	
30	Estão disponibilizados endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público?	Em parte	Não informa o telefone das secretarias.
31	Há registro de repasses ou transferências de recursos financeiros?	Sim	
32	Constam os dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades?	Não	Não fornece dados gerais para acompanhamento dos programas, ações, projetos, a exemplo de finalidade, percentual e estágio de execução, apenas informa a despesa empenhada, liquidada e paga de cada programa.
33	Há uma seção com respostas a perguntas mais frequentes (FAQs) da sociedade?	Sim	
TRANSPARENCIA PASSIVA			
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO - SIC			
34	Foi criado o Serviço de Informação ao Cidadão?	Sim	
SERVIÇO ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO (e-SIC)			
35	Há possibilidade de envio de pedidos de informação de forma eletrônica (e-SIC)?	Sim	
36	Apresenta possibilidade de acompanhamento posterior da solicitação?	Sim	
37	A solicitação por meio do e-SIC é simples, ou seja, sem a exigência de itens de identificação do requerente que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação, tais como: envio de documentos, assinatura reconhecida, declaração de responsabilidade, maioridade?	Sim	
BOAS PRÁTICAS DE TRANSPARENCIA			
RECURSOS E INFORMAÇÕES SOBRE O SÍTIO ELETRÔNICO			
38	Há lançamento da receita, quando for o caso?	Sim	
39	O domínio segue o padrão "[nome do município].uf.gov.br" ou [nome do município].leg.br?	Em parte	A URL do portal não segue o domínio padrão
40	O site possibilita gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto (CSV), de modo a facilitar a análise da informação?	Sim	



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO

ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA			
41	Link com o "caminho" de páginas já percorridas pelo usuário (e.g. "Home » Receitas e Despesas » Receita")	Sim	
42	Opção "alto contraste" (fundo preto e fonte branca)	Em parte	A opção está disponível apenas no Portal
43	Redimensionamento de texto	Em parte	A opção está disponível apenas no Portal
44	Teclas de atalho	Em parte	A opção está disponível apenas no Portal.

dm



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BUÍQUE

Ofício nº 384/2018-GAB/PJ

Buíque, 02 de outubro de 2018.

Ref. IC nº 2016/2515964

Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o, sirvo-me do presente para encaminhar o checkilist de avaliação do sítio oficial e portal da transparência da Prefeitura de Buíque/PE, e requisitar que seja enviada a esta Promotoria de Justiça informações acerca das providências adotadas no prazo de 15(quinze) dias.

Sem mais para o momento, renovo votos de estima e consideração.


VINICIUS SILVA DE ARAÚJO
Promotor de Justiça

Exmo. Sr.
ARQUIMEDES GUEDES VALENÇA
Prefeito do Município de Buíque

**CHECKLIST DE AVALIAÇÃO DO SÍTIO OFICIAL E PORTAL DE TRANSPARÊNCIA DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BUIQUE-PE**

N.	Item a ser avaliado	Cumprir?	Embasamento Jurídico	Cláusula do TAC	Observações
1	É divulgado o registro de competências dos órgãos administrativos, secretarias e departamentos?	SIM	Art. 8º, §1º, I	3.1	
2	É divulgada a estrutura organizacional?	SIM	Art. 8º, §1º, I	3.1	
3	São divulgados os endereços e telefones das respectivas unidades?	SIM	Art. 8º, §1º, I	3.1	
4	É divulgado o horário de atendimento ao público?	SIM	Art. 8º, §1º, I	3.1	
5	São divulgados os repasses ou transferências de recursos financeiros?	SIM	Art. 8º, §1º, II	3.2	
6	São divulgados os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado?	SIM	Art. 48, PU, II c/c Art. 48-A, I, ambos da LC 101/00, com redação dada pela LC 131/09.	3.3	
7	São divulgadas as prestações de contas entregues anualmente ao Tribunal de Contas?	SIM	Art. 48, caput c/c Art. 56, §3º da LC 101/00.	3.4	
8	São divulgados os Pareceres Prévios emitidos pelo Tribunal de Contas sobre as contas anuais?	NÃO	Art. 48, caput c/c Art. 56, §3º da LC 101/00.	3.4	
9	São divulgados os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO)?	SIM	Arts. 48, caput, 52 e 54, todos da LC 101/00.	3.4	
10	São divulgados os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF)?	SIM	Arts. 48, caput, 52 e 54, todos da LC 101/00.	3.4	
11	São divulgados os planos (PPA), orçamentos (LOA) e leis de diretrizes orçamentárias (LDO)?	NÃO	Art. 48, caput, LC 101/00.	3.4	
12	São divulgados o lançamento e o recebimento da receita das unidades gestoras?	SIM	Art. 48, PU, II c/c Art. 48-A, II, ambos da LC 101/00, com redação dada pela LC 131/09.	3.5	
13	É divulgada relação de servidores efetivos contendo a identificação dos respectivos entes ou órgãos da Administração Pública e o exercício financeiro correspondente?	SIM	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.1 a 4.1 b	
14	É divulgada relação de servidores efetivos contendo o seu nome completo?	SIM	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.1 c	
15	É divulgada relação de servidores efetivos contendo o seu número de matrícula?	SIM	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.1 d	
16	É divulgada relação de servidores efetivos identificando o cargo/função e a categoria, com indicação da respectiva legislação regulamentadora?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.1 e 4.1 f	NÃO É IDENTIFICADA A LEGISLAÇÃO
17	É divulgada relação de servidores efetivos contendo data da admissão/ingresso e a identificação da espécie de contratação (concurso público ou processo seletivo)?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.1 g	NÃO É DIVULGADA A FORMA DE CONTRATAÇÃO
18	É divulgada relação de servidores efetivos identificando o vínculo de emprego (emprego público ou estatutário)?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.1 h	
19	É divulgada relação de servidores efetivos identificando a carga horária?	SIM	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.1 i	
20	É divulgada relação de servidores efetivos identificando a lotação (secretaria/departamento/setor)?	SIM	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.1 j	
21	São divulgados os vencimentos, vantagens fixas ou variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, reformas e pensões, adicionais, gratificações, horas extras, e vantagens pessoais de qualquer natureza pagos aos servidores ativos, bem como os encargos sociais e contribuições recolhidos às entidades previdenciárias?	SIM	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.1 k	
22	Sobre diárias e ajudas de custo pagas, é divulgado o nome completo do agente público e o respectivo número de matrícula?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.2 a	
23	Sobre diárias e ajudas de custo pagas, é informada a justificativa para a realização de cada viagem?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.2 b	
24	Sobre diárias e ajudas de custo pagas, são divulgadas as datas de início e término das viagens realizadas?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.2 c	

25	Sobre diárias e ajudas de custo pagas, é informado o destino de cada viagem?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.2 d	
26	Sobre diárias e ajudas de custo pagas, é informado o meio de transporte utilizado em cada viagem, bem como seu respectivo custo?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.2 e	
27	Sobre diárias e ajudas de custo pagas, são divulgados os valores gastos com passagens rodoviárias ou aéreas, ou com verbas relativas a ressarcimentos de combustível?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.2 f	
28	Sobre diárias e ajudas de custo, é informada a quantidade de diárias pagas em relação a cada viagem?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.2 g	
29	Sobre diárias e ajudas de custo pagas, é informado o valor unitário das diárias?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.2 g	
30	É divulgada relação de servidores inativos contendo a identificação dos respectivos entes ou órgãos da Administração Pública?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.3 a	
31	É divulgada relação de servidores inativos contendo o seu nome completo?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.3 b	
32	É divulgada relação de servidores inativos contendo o seu número de matrícula?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.3 c	
33	É divulgada relação de servidores inativos identificando o cargo em que se deu sua aposentadoria?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.3 d	
34	É divulgada relação de servidores inativos contendo data de ingresso no quadro de inativos?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.3 e	
35	É divulgada relação de servidores inativos contendo identificação do regime (geral ou próprio) de aposentadoria?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.3 f	
36	É divulgado detalhamento do quadro de pessoal, plano de carreira e remuneração dos cargos e empregos públicos?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	Não Consta	
37	É divulgada relação de servidores ocupantes de cargo em comissão contendo a identificação dos respectivos entes ou órgãos da Administração Pública?	SIM	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.4 a	
38	É divulgada relação de servidores ocupantes de cargo em comissão contendo o seu nome completo?	SIM	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.4 b	
39	É divulgada relação de servidores ocupantes de cargo em comissão contendo o seu número de matrícula?	SIM	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.4 b	
40	É divulgada relação de servidores ocupantes de cargo em comissão contendo a data de nomeação/admissão e o número do respectivo ato?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.4 c	NÃO É DIVULGADO O NÚMERO DO ATO
41	É divulgada relação de servidores ocupantes de cargo em comissão contendo a data de exoneração e o número do respectivo ato?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.4 d	
42	É divulgada relação de servidores ocupantes de cargo em comissão contendo a identificação da categoria e a indicação do número da lei respectiva?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.4 e	
43	É divulgada relação de servidores ocupantes de cargo em comissão indicando a existência de vínculo efetivo, quando houver?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.4 f	
44	É divulgada relação de servidores ocupantes de cargo em comissão contendo identificação da carga horária?	SIM	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.4 g	
45	É divulgada relação de servidores ocupantes de cargo comissionado contendo identificação da lotação (secretaria/departamento/setor)?	SIM	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.4 h	
46	É divulgada relação de servidores ocupantes de cargo comissionado contendo detalhamento sobre as atribuições (direção/chefia/assessoramento), bem como identificação da legislação regulamentadora?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.4 i	
47	É divulgada relação de servidores cedidos para outros órgãos públicos, ou destes recebidos em cessão, contendo a identificação do órgão de origem e do órgão de destino?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.5 a 4.5 h	
48	É divulgada relação de servidores cedidos para outros órgãos públicos, ou destes recebidos em cessão, identificando o nome completo de tais servidores?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.5 b	
49	É divulgada relação de servidores cedidos para outros órgãos públicos, ou destes recebidos em cessão, identificando o número de matrícula de tais servidores?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.5 c	

50	É divulgada relação de servidores cedidos para outros órgão públicos, ou destes recebidos em cessão, identificando o cargo e a categoria, com indicação da respectiva legislação regulamentadora?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.5 d	
51	É divulgada relação de servidores cedidos para outros órgão públicos, ou destes recebidos em cessão, identificando o vínculo de emprego?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.5 e	
52	É divulgada relação de servidores cedidos para outros órgão públicos, ou destes recebidos em cessão, identificando o número de horas?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.5 f	
53	É divulgada relação de servidores cedidos para outros órgão públicos, ou destes recebidos em cessão, identificando o número do ato de cessão?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.5 g	
54	É divulgada relação de servidores cedidos para outros órgão públicos, ou destes recebidos em cessão, identificando se o ônus é para a origem ou para o destino?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.5 i	
55	É divulgada relação de servidores cedidos para outros órgão públicos, ou destes recebidos em cessão, identificando o prazo da cessão?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.5 j	
56	É divulgada relação de servidores cedidos para outros órgão públicos, ou destes recebidos em cessão, identificando a lotação (secretaria/departamento/setor)?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11		Não Consta
57	É divulgada relação de estagiários contendo a identificação dos respectivos entes ou órgãos da Administração Pública?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.6 a	
58	É divulgada relação de estagiários contendo o seu nome completo?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.6 b	
59	É divulgada relação de estagiários contendo a data de sua admissão?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.6 c	
60	É divulgada relação de estagiários contendo a identificação do curso vinculado ao estágio?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.6 d	
61	É divulgada relação de estagiários contendo a respectiva lotação (secretaria/departamento/setor)?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.6 e	
62	É divulgada relação de estagiários identificando a respectiva função?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.6 f	
63	É divulgada relação de estagiários identificando a respectiva carga horária?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	4.6 g	
64	É divulgada relação de agentes públicos contratados temporariamente?	NÃO	Art. 8º, §1º, III		Não Consta
65	É divulgada relação de agentes públicos vinculados a contrato de terceirização?	NÃO	Art. 8º, §1º, III		Não Consta
66	É divulgada relação de convênios e termos de cooperação celebrados com outros entes públicos, contendo a identificação dos respectivos números?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	5.1 a	Ao clicar no link convênios é retornada a informação de que não foram encontrados registros.
67	É divulgada relação de convênios e termos de cooperação celebrados com outros entes públicos, contendo a identificação dos órgãos convenientes?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	5.1 b	
68	É divulgada relação de convênios e termos de cooperação celebrados com outros entes públicos, contendo a identificação dos respectivos objetos?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	5.1 c	
69	É divulgada relação de convênios e termos de cooperação celebrados com outros entes públicos, identificando os respectivos valores, inclusive de eventuais contrapartidas?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	5.1 d 5.1 e	
70	É divulgada relação de convênios e termos de cooperação celebrados com outros entes públicos, identificando os valores já liberados?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	5.1 f	
71	É divulgada relação de convênios e termos de cooperação celebrados com outros entes públicos, contendo a publicação de extratos de eventuais termos aditivos?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	5.1 g	
72	É divulgada relação de convênios e contratos celebrados com particulares, contendo a identificação dos respectivos números e do exercício financeiro?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	5.2 a	
73	É divulgada relação de convênios e contratos celebrados com particulares, contendo a identificação dos respectivos objetos?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	5.2 b	
74	É divulgada relação de convênios e contratos celebrados com particulares, contendo a identificação da espécie dos contratos?	NÃO	Art. 8º, §1º, III; Art. 4º, IX e 7º, IV, Lei 12.527/11	5.2 c	